

Fernandes, na categoria de técnico superior de 2.ª classe, contabilidade, carreira técnica superior, sendo integrado no escalão 1, Índice 400, da categoria.

Nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, tem o referido candidato 20 dias, a contar da data da presente publicação, para tomar posse do referido cargo. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

26 de Setembro de 2007. — O Presidente, *José Ribeiro*.

2611052715

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA (ALGARVE)

Aviso n.º 19 378/2007

Para os devidos efeitos, torno público que, findo o procedimento concursal para o provimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, chefe da Divisão Financeira, por meu despacho de 24 de Setembro, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, o técnico superior de 1.ª classe Luís de Oliveira dos Santos Neto no cargo de direcção intermédia de 2.º grau, chefe da Divisão Financeira.

A escolha, efectuada nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, recaiu no técnico superior de 1.ª classe Luís de Oliveira dos Santos Neto, por possuir experiência profissional para o desempenho das funções objecto do procedimento, correspondente ao perfil pretendido para o cargo, de acordo com os objectivos de prossecução do interesse público e, nessa medida, das atribuições e competências da autarquia na área financeira, assim como pela sua capacidade de coordenar e gerir as actividades relacionadas com a citada área.

Ao nomeado é conferido o prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República* para aceitar a nomeação.

25 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Inácio Marques Eduardo*.

ANEXO

Nota curricular

Nome — Luís de Oliveira dos Santos Neto.
Data de nascimento — 30 de Setembro de 1955.
Naturalidade — Silves.
Habilitações literárias:

Curso complementar de Contabilidade e Administração, com a classificação de 15 valores;

Curso técnico de contabilidade do 12.º ano — via profissionalizante, com a classificação de 17 valores;

Frequência do curso de pós-graduação de Contabilidade Autárquica, promovido pela Universidade Independente, num total de duas e vinte horas.

Formação profissional:

Curso de organização e gestão municipal, realizado pela Direcção-Geral de Acção Regional e Local, de 24 a 27 de Maio de 1982;

Curso intensivo de finanças locais e contabilidade autárquica, promovido pelo Centro de Estudos e Formação Autárquica, que decorreu de Novembro de 1986 a Maio de 1987, tendo obtido a classificação final de 19 valores;

1.º Congresso de Informática nas Autarquias Locais, realizado pela Câmara Municipal de Cascais de 30 de Novembro a 2 de Dezembro de 1990 num total de vinte e uma horas;

Curso de fundos comunitários promovido pela Comissão de Coordenação da Região do Algarve nos dias 17 e 18 de Janeiro de 1991; Acção de formação sobre notariado privativo promovido pela ATAM de 23 a 26 de Janeiro de 1991;

Debate sobre as acções inspectivas do IGAP e IGF em Vila do Conde, em 19 de Julho de 1991;

Curso sobre a fiscalização prévia do Tribunal de Contas no âmbito das autarquias locais, realizado pela Comissão de Coordenação da Região do Algarve em 22 de Novembro de 1991, num total de seis horas;

Curso sobre organização e documentação das contas dos organismos e serviços com contabilidade autárquica, promovido pela Comissão de Coordenação da Região do Algarve nos dias 18 e 19 de Fevereiro de 1993, num total de trinta horas;

Curso sobre contabilidade autárquica — módulo I, realizado pela Comissão de Coordenação da Região do Algarve de 10 a 14 de Outubro de 1994, com a duração de trinta e cinco horas;

Curso de informática na área da operação de computadores, promovido pela Divisão de Acção Sócio-Cultural da Câmara Municipal de Lagoa;

Curso sobre o novo regime de contabilidade autárquica — introdução à contabilidade geral — módulos I, II e III, promovido pela Comissão de Coordenação da Região do Algarve, de 25 de Setembro a 10 de Novembro de 1995, num total de cento e cinco horas;

Acção de formação sobre o Decreto-Lei n.º 55/95, na Comissão de Coordenação da Região do Algarve no dia 30 de Outubro de 1995, num total de sete horas;

Curso sobre a gestão do património autárquico, realizado pela Comissão de Coordenação da Região do Algarve de 23 a 27 de Março de 1998, num total de trinta horas;

Curso de contabilidade geral, promovido pela CEDREL, realizado nos dias 23 e 24 de Abril de 1998, com a duração de doze horas;

Curso plano oficial de contabilidade pública — Decreto-Lei n.º 232/97, realizado pela Sociedade Geral de Consultoria Empresarial, L.ª, com a duração de trinta horas e certificado por aquela entidade em 11 de Março de 1999;

Seminário sobre o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais — POCAL, realizado pela Comissão de Coordenação da Região do Algarve em 19 de Abril de 1999, com a duração de sete horas;

Curso sobre o sistema de controlo interno — inicial, realizado pela Comissão de Coordenação da Região do Algarve nos dias 17 e 18 de Abril de 2000, num total de doze horas;

Curso sobre os novos limites de despesa com pessoal e o endividamento municipal, realizado pela CEDREL em 7 de Junho de 2000, com a duração de seis horas;

Participação na acção de formação de formadores sobre o Euro no âmbito do projecto RedeEuro Municípios, realizado em 1 de Março de 2001, com a duração de sete horas;

Curso de notariado privativo — nível avançado, realizado pelo INA de 16 a 20 de Fevereiro de 2004, num total de trinta horas;

Frequência do seminário da alta direcção promovido pelo INA de 20 a 24 de Setembro de 2004, num total de quarenta horas;

Curso sobre o sistema integrado de avaliação do desempenho na Administração Pública, promovido pelo INA, de 18 a 20 de Abril de 2006, num total de vinte e uma horas;

Seminário subordinado ao tema «O IVA e as autarquias locais», realizado em 21 de Junho de 2005, com a duração de seis horas;

Curso de gestão de tesouraria e fundo de maneio, promovido pelo INA em 25 e 26 de Setembro de 2006, num total de dezasseis horas;

Colóquio «A nova lei das finanças locais», realizado em 13 de Dezembro de 2006 pela CEDREL, num total de sete horas;

Participação em diversos colóquios da ATAM — Associação dos Técnicos Administrativos e Municipais:

Alentejo/1986 — vinte e oito horas;
Lagos/1989 — vinte e oito horas;
Covilhã/1990 — vinte e oito horas;
Braga/1991 — vinte e oito horas;
São João da Madeira/1998 — vinte e oito horas;
Gaia/2000 — vinte e oito horas;
Santarém/2001 — vinte e oito horas;
Portimão/2003 — vinte e oito horas.

Experiência profissional:

Escriturário dactilógrafo de 2.ª classe na Câmara Municipal de Silves de 18 de Abril de 1979 a 1 de Janeiro de 1981;

Terceiro-oficial na Câmara Municipal de Lagoa de 2 de Janeiro de 1981 a 10 de Outubro de 1985;

Segundo-oficial interino na Câmara Municipal de Lagoa de 1 de Janeiro de 1983 a 10 de Outubro de 1985;

Segundo-oficial na Câmara Municipal de Lagoa de 11 de Outubro de 1985 a 19 de Janeiro de 1988;

Primeiro-oficial na Câmara Municipal de Lagoa de 20 de Janeiro de 1988 a 1 de Outubro de 1991;

Chefe de secção (Contabilidade e Finanças), em regime de substituição, na Câmara Municipal de Lagoa de 6 de Maio de 1986 a 1 de Outubro de 1991;

Chefe de secção (Contabilidade e Finanças) na Câmara Municipal de Lagoa de 2 de Outubro de 1991 a 13 de Outubro de 1995;

Chefe da Repartição Financeira, em regime de substituição, na Câmara Municipal de Lagoa de 1 de Abril de 1994 a 12 de Outubro de 1995;

Chefe da Repartição Financeira na Câmara Municipal de Lagoa de 13 de Outubro de 1995 a 8 de Junho de 2000;

Técnico superior de 1.ª classe na Câmara Municipal de Lagoa de 9 de Junho de 2000 até à presente data;

Chefe da Divisão Financeira, em regime de substituição, na Câmara Municipal de Lagoa, de 1 de Julho de 2000 até à presente data.

Durante 12 anos apoiou as sessões da Assembleia Municipal de Lagoa, redigindo as respectivas actas, bem como todo o expediente, de 23 de Abril de 1984 a 5 de Junho de 1995.

2611052478

CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

Aviso n.º 19 379/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público, ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, que, por meu despacho proferido em 18 de Setembro do ano em curso, nomeei definitivamente, no uso da competência que me é conferida pelo disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, o Dr. Luís Duarte Tavares na carreira técnica superior na categoria de técnico superior de gestão de recursos humanos de 2.ª classe, escalão 1, índice 400, para efeitos de reclassificação profissional, produzindo efeitos esta nomeação em 19 de Setembro de 2007.

21 de Setembro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Isabel Damasceno Campos*.

2611052385

Aviso n.º 19 380/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 21 de Setembro do ano em curso, foi deferido o pedido de licença sem vencimento por 90 dias, concedido ao abrigo do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, apresentado pelo engenheiro civil municipal principal Fernando Eduardo Loureiro Malhó, com efeitos a 15 de Junho de 2007, tendo o mesmo retomado o serviço em 17 de Setembro de 2007.

24 de Setembro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Isabel Damasceno Campos*.

2611052386

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

Aviso n.º 19 381/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente desta Câmara Municipal de 21 de Agosto de 2007, ao abrigo da alínea b) e corpo do n.º 1 do artigo 73.º e n.ºs 2 a 6 do artigo 74.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada integralmente pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi nomeada em regime de comissão de serviço como adjunta do seu Gabinete de Apoio Pessoal a licenciada Mónica Alexandra da Silva Vilhena Ribeiro, com efeitos a 1 de Setembro.

30 de Agosto de 2007. — Por delegação de competências, a Directora do Departamento de Recursos Humanos, *Rosaria Maria Soares Murça*.

2611052421

Aviso n.º 19 382/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do presidente desta Câmara Municipal de 14 de Agosto de 2007, foi celebrado, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e da alínea a) do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, contrato de tarefa com Jorge Manuel Teodósio Ramos.

O contrato teve início no dia 1 de Setembro de 2007 e será válido por quatro meses. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

8 de Setembro de 2007. — Por delegação de competências, a Directora do Departamento de Recursos Humanos, *Rosaria Maria Soares Murça*.

2611052399

Aviso n.º 19 383/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 31 de Agosto de 2007, foram celebrados, nos termos do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, regulamentada pela Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho, conjugada com o disposto na Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, contratos de trabalho a termo certo com Paulo Lourenço Gonçalves, Sérgio Paulo Matos Picamilho, Sandra Isabel Batista Nunes Antão, Edgar Luís Severino Lopes e Hélia Margarida Miranda Rodrigues, candidatos classificados

do 1.º ao 5.º lugares na oferta pública de emprego para a contratação de cinco monitores de natação.

Os contratos tiveram início no dia 3 de Setembro de 2007 e serão válidos por um ano, eventualmente renováveis. (Isentos de visto do Tribunal de Contas.)

13 de Setembro de 2007. — Por delegação de competências, a Directora do Departamento de Recursos Humanos, *Rosária Maria Soares Murça*.

2611052404

CÂMARA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Aviso n.º 19 384/2007

Alfredo Augusto Ferreira Pinto Coelho de Mendonça, vereador do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, faz saber que, para cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, com remissão para o artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, em conformidade com o despacho de 10 de Setembro de 2007, vai proceder-se à discussão pública do pedido de licenciamento da operação de loteamento, que configura o emparcelamento de três prédios sitos no lugar da Cainha, freguesia de Vilar de Ferreiros, resultando daí a constituição de um único lote, com 3125 m², requerido em nome de Jorge Pereira Farinha, que decorrerá pelo prazo de 15 dias úteis contados a partir da data da sua publicação no *Diário da República*.

Durante o período de discussão pública, o processo estará disponível para consulta no Departamento de Urbanismo.

No decorrer daquele período, as reclamações, observações, sugestões ou pedidos de esclarecimento apresentados pelos particulares deverão ser entregues na Secção Administrativa e Licenças do Departamento de Urbanismo.

10 de Setembro de 2007. — O Vereador do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, *Alfredo Augusto Ferreira Pinto Coelho de Mendonça*.

2611052493

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Aviso n.º 19 385/2007

Torna-se público, para efeitos do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, que se encontra em discussão pública o pedido de alteração dos lotes 11 e 12 do loteamento titulado pelo alvará n.º 2/2002, emitido a favor de Manuel Costa Faria, nos prédios urbanos actualmente registados na Conservatória do Registo Predial sob os n.ºs 1373 e 1374, da freguesia de Santo Varão, requerido por Manuel Costa Faria, com residência no lugar de Coutada, freguesia de Meãs, concelho de Montemor-o-Velho, contribuinte fiscal n.º 163258899, pelo período de 15 dias, que se inicia 8 dias após a publicação do presente aviso no *Diário da República*.

Durante o período de discussão pública acima fixado, o pedido de alteração de loteamento, a que corresponde o processo administrativo n.º 02/2006, acompanhado da informação técnica elaborada pelos serviços municipais, encontra-se disponível, para consulta, na Secção de Administração Urbanística e Atendimento ao Município, durante as horas normais de expediente.

As sugestões, reclamações ou observações que eventualmente venham a ser apresentadas devem ser formuladas através de requerimento escrito, dirigido ao presidente da Câmara Municipal, devendo neste constar a identificação e o endereço dos seus autores e a qualidade em que as apresentam.

21 de Setembro de 2007. — O Vereador com Competências Delegadas, *António Monteiro Saltão*.

2611052387

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO

Aviso n.º 19 386/2007

Concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar de operário principal, trolha — Nomeação

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de 26 de Setembro de 2007, foi nomeado Domingos Pereira da Rocha, candidato ao concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar de operário principal, trolha, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 153, de 9 de Agosto de 2007.